

Jornadas Históricas do Concelho de Gouveia



joão abel manta

Teatro-Cine de Gouveia
22 a 24 de Março de 2001

AMÉLIA POLÓNIA

**VIDA QUOTIDIANA E CULTURA MATERIAL NO CONCELHO DE GOUVEIA
NA ÉPOCA MODERNA**

**JORNADAS HISTÓRICAS DO CONCELHO DE GOUVEIA
(GOUVEIA, 22 - 24 DE MARÇO DE 2001)**

VIDA QUOTIDIANA E CULTURA MATERIAL NO CONCELHO DE GOUVEIA NA ÉPOCA MODERNA

Uma discussão centrada nos tópicos apontados em título – Vida quotidiana e cultura material na época moderna – é, por um lado, demasiado extensa e, por outro lado, demasiado complexa para poder ser assumida em todas as suas facetas e implicações. Assim sendo, o presente estudo obedece a algumas opções que delimitam o objecto de trabalho. Não sendo, por outro lado, especialista, nem sequer suficientemente familiarizada com a história e a vivência do concelho de Gouveia, exigências indispensáveis a uma cabal compreensão dos múltiplos aspectos envolvidos pela vida quotidiana de uma comunidade, esta exposição encontra-se sujeita a limitações insanáveis, algumas das quais se procuraram colmatar através do recurso a estudos elaborados por investigadores de história local, seja no domínio da economia, da sociedade, da demografia ou da própria etnografia. Destes, destacam-se os trabalhos monográficos do Dr. Eduardo Mota¹, mas também todos aqueles compulsados ao longo de 60 anos de publicação da revista “Beira Alta”², muitos dos quais feridos por um olhar e uma metodologia historiográfica tão distintas das actuais que, a despeito do seu interesse informativo, dificilmente esclarecem as perguntas que a historiografia lança hoje sobre o passado. No domínio da etnografia revelaram-se imprescindíveis os dados colhidos em Leite de Vasconcelos³, Jaime Lopes Dias⁴ ou mesmo Aquilino Ribeiro⁵, ainda que relativos a espaços e vivências que não correspondem, em rigor, à área delimitada pelo concelho de Gouveia⁶.

Porque a vida quotidiana reflecte condicionalismos múltiplos, antes de mais de ordem natural e geográfica, este estudo não poderia ser desenvolvido sem recurso aos ensinamentos da geografia física e, em particular, da geografia humana. Clima, relevo,

¹ MOTA, Eduardo – *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*. Gouveia: 1990 e *Corografia setecentista do concelho de Gouveia*. Gouveia: 1992.

² *Beira Alta. Arquivo Provincial*. Viseu, Vol. 1-fasc. 1, 1942 – Vol. LVIII, fasc. 3/4, 1999.

³ VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*. Reimpressão fac-similada da edição de 1980. Vol. I-VIII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1994 - —]; *De terra em terra. Excursões arqueológico-etnográficas através de Portugal (Norte, Centro e Sul)*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1927.

⁴ DIAS, Jaime Lopes – *Etnografia da Beira. Lendas, tradições, crenças e superstições*. 10 vol. Lisboa: Livraria Morais, 1926-1971.

⁵ RIBEIRO, Aquilino – *Beira Alta. Notas etnográficas*. “Beira Alta”. Vol. II, fasc. 3, 1943, p. 181-202.

⁶ Revelaram-se, ainda, fundamentais a uma contextualização das matérias em estudo, de um modo geral, todas as comunicações apresentadas nas *Jornadas Históricas do Concelho de Gouveia*, que esta monografia compendia e, de um modo particular, as comunicações de Margarida Sobral Neto – *A vida económica e social em Gouveia na Época Moderna*; Ana Cristina Araújo – *Confrarias do Concelho de Gouveia na Época Moderna* e José Pedro Paiva – *A acção da Inquisição no concelho de Gouveia: as entradas em Melo no século XVII*, para as quais remetemos.

Apresentamos, por fim, os nossos agradecimentos pelas achegas e comentários, a Lurdes Fernandes, Helena Osswald, João Garcia e Luís Amaral, colegas e amigos.

topografia do solo, formas de povoamento, recursos naturais e capacidade produtiva, foram elementos tidos em conta⁷. No entendimento, paralelo, de que as sociedades de Antigo Regime correspondem a formas de organização social e económica fortemente hierarquizadas, sujeitas a limitações, privilégios e isenções que condicionam a posição do indivíduo na sociedade e limitam o seu acesso a bens materiais, importa, antes de mais, sublinhar que, no concelho de Gouveia e na Época Moderna, a vida quotidiana não é vivida por todos de forma uniforme ou homogénea. A convicção de que partimos é a de que, se os estatutos sociais e os desempenhos económicos do camponês e do aristocrata, do pastor e do fabricante de panos coexistem em relações de complementaridade funcional, e ainda que os seus sentimentos, atitudes e medos contactem num espaço social alargado, eles não perdem a sua especificidade, e não é, em absoluto, a mesma coisa falar da vida quotidiana e da cultura material dos senhores de Melo e dos marqueses de Gouveia ou dos pastores e/ou agricultores desses mesmos espaços geográficos e políticos. Os primeiros, pela sua capacidade económica, pelo desempenho de funções-tipo que lhe são atribuídas de acordo com o seu estatuto social (administração, guerra e gestão agrária), pelas suas relações com o exterior, desenvolvidas até no quadro das linhagens familiares alargadas a que pertencem, pelas exigências de representação, que impõem o uso de idênticos símbolos de riqueza e de prestígio social, não só superam, pelo menos parcialmente, as limitações que o meio impõe, em termos de alimentação, vestuário, mobiliário, como aderem a padrões de vida que tendem a aproximar o quotidiano vivencial da aristocracia de Entre-Douro-e-Minho, da do Alentejo ou das Beiras.

O universo que irá deter a nossa atenção neste estudo é, pelo contrário, aquele que mais se encontra sujeito às condições do meio, aquele que define os seus modos de vida de acordo com as exigências e as potencialidades de um espaço físico, o qual transforma em espaços económicos e de sociabilidade com um cunho próprio e distintivo. Não pretendemos, contudo, esquecer a presença desses outros grupos no espaço do então e do actual concelho de Gouveia, até porque ela organiza o espaço, normaliza relações de produção, gera compromissos sócio-políticos, e cria, em paralelo, espaços de lazer e de culto (igrejas, mosteiros, santuários) profundamente marcantes na vida de uma comunidade⁸.

⁷ Consultaram-se, em particular, os trabalhos de RIBEIRO, Orlando - *Contribuições para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1942 [Separata da "Revista da Faculdade de Letras de Lisboa", Tomo VII]; *Significado geográfico do pastoreio na Serra da Estrela*. "Altitude", Guarda, I, 10/12, 1941, p. 40-41; *Le Portugal Central (Livre-Guide de l'excursion C)*. Lisbonne, 1982; DAVEAU, Suzanne - *Structure et relief de la Serra da Estrela*. "Finisterra". Vol. IV, nº 8, 1969, p. 159-197.

⁸ Para uma avaliação concreta dessa projecção no concelho de Gouveia importaria, antes de mais, determinar até que ponto a titularidade de determinadas jurisdições senhoriais correspondeu a uma efectiva presença dos seus detentores em Gouveia e seu termo. Só a sua residência continuada importaria implicações marcantes no quotidiano vivencial. Ora a julgar, quer pelas relações de elegíveis de finais do

Importa, por fim, esclarecer que este estudo se reportará à área concelhia da Época Moderna, e não aquela que compõe o concelho actualmente. Limitar-nos-emos, assim, ao espaço compreendido pelas duas freguesias da vila (S. Pedro e S. Julião) e pelos lugares de Aldeias, Arcozelo, Mangualde, Moimenta, Nabainhos, Nabais, Nespereira, Rio Torto, Sampaio, Vinhó, e parte de Vila Cortês, com exclusão de Melo, Folgoso e Cabra, então concelhos, a par das povoações de Figueiró, Freixo e Vila Franca, Langarinhos, Cativeiros e Vila Nova do Casal, então pertencentes a outros concelhos.

Centremo-nos, desde já, nas implicações da geo-morfologia no quotidiano e na cultura material. Diz Orlando Ribeiro em 1941, numa leitura ainda perfeitamente actual do ponto de vista do estudo do pastoreio na Serra da Estrela: “É sabido de todos que a vida humana se modifica à proporção que se sobe em altitude. O clima muda, a vegetação transforma-se, as culturas empobrecem no seu rendimento e procuram adaptar-se, com certas plantas, à rudeza do ambiente: o que tudo influe na actividade dos homens”⁹. Rarefação da população; concentração em aglomerados populacionais, distantes entre si; pobreza do solo, em termos de rentabilidade agrícola; dificuldade em frutificarem os cereais mais nobres, em particular o trigo; predomínio do centeio, mais acomodado às terras altas e aos rigores do clima, são algumas das decorrências que é possível apontar. Presença do castanheiro, quase exclusiva, em termos frutícolas acima dos 1000 metros de altitude, mas convivente, até aos 800 metros com a oliveira e, em altitudes inferiores (400-600m) com a vinha e outras árvores de fruto, são outras tantas características que marcam o espaço, o seu aproveitamento e ocupação.

Todos estes traços, delimitados por um geógrafo no século XX, encontram-se documentados em termos históricos pelos testemunhos das memórias paroquiais, em particular pelas de 1758. A parte mais elevada da serra revela-se inabitável pelos rigores do Inverno, pelo que os homens se abrigam nos vales, onde se concentram em povoações raras vezes superiores a poucas centenas de habitantes. Na verdade, com excepção de Gouveia e Linhares, as restantes povoações do concelho parecem confirmar, nas memórias paroquiais, esta perspectiva. Esse resguardo nos vales ou em encostas protegidas comporta consigo uma sensação de protecção, por um lado, mas de isolamento, por outro lado. Vejam-se as

século XVIII, quer pelo levantamento nominal dos titulares de cargos concelhios para o mesmo século, essa presença não teria sido particularmente significativa (Cf. estudos apresentados a estas Jornadas por Nuno Gonçalo Monteiro e Eduardo Mota). A mesma percepção é, de resto, manifesta nos depoimentos das Memórias Paroquiais de 1721 e 1758, pela prevalência de respostas de párocos que apontam a ausência de pessoas ilustres nas respectivas freguesias, e de túmulos e capelas ligadas a titulares de nobre linhagem. Atente-se, porém, no perfil diferencial do concelho, patente na prevalência desses referentes em freguesias como Linhares.

⁹ RIBEIRO, Orlando – *Contribuições para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela* [Op. cit.].

declarações de alguns párocos que acentuam, de acordo, de resto, com o que lhes era solicitado pelo inquérito prévio, que não se vêem quaisquer povoações em redor, ao contrário de outros, que sublinham a posição elevada das suas povoações e a sua capacidade de avistar, pela quota e exposição em que se encontram, várias outras localidades. Não seria, por certo, idêntica, a vivência, os medos e a consciência de isolamento e/ou de proeminência sentidos por uns e outros, bem como diferenciais seriam os perigos em caso de catástrofes naturais: nevões, incêndios, enxurradas ou ventos fortes.

De igual modo, a dimensão dos agregados populacionais, bem como os seus perfis sócio-profissionais condicionam formas de vivência e de convivência, e refletem as actividades quotidianas dominantes: agricultura e pastorícia nas aldeias serranas, manufacturas e serviços em espaços mais urbanizados: o centro administrativo do concelho, Gouveia, e Linhares. As listagens de profissões apresentadas por Eduardo Mota com base na documentação concelhia de finais do século XVIII atestam isso mesmo, somando, em Gouveia, actividades transformadoras e serviços, 77% do total as ocupações recenseadas. Procuraremos extrair desses perfis sócio-profissionais as inferências possíveis em termos de quotidiano.

Na verdade, uma economia baseada ao mesmo tempo na agricultura e na pastorícia determina a organização social das povoações. A cultura de cereais como o centeio, prevalecente no espaço em estudo, só é rentável quando praticada de forma extensiva, sendo essencial que determinadas actividades sejam efectuadas por grupos de trabalhadores, pelo que os sistemas de organização comunitária são uma constante neste tipo de organização económica, em que, a par de terrenos comuns, são exploradas parcelas de terreno mais pequenas, recorrendo-se, com frequência, ao sistema de ajudas. Veja-se a importância que os terrenos comuns adquirem nestes espaços, sendo largas extensões fruídas desde tempos imemoriais pelos vizinhos das povoações, ou arrendados aos das povoações mais próximas, e os seus rendimentos utilizados para o interesse comum. Atente-se, no caso de Gouveia, à importância do Monte Aljão e ao seu carácter fundamental como fonte de receitas do município. A importância destes terrenos, que têm com frequência como limites as extremas dos próprios concelhos, geram, por vezes, pleitos e contendas, de resto recorrentes, como aquele que desde o século XV se documenta entre os concelhos de Manteigas e Gouveia, que culminou com a invasão, no século XVIII, do termo de Gouveia pelos pastores de Manteigas, que pretendiam reivindicar espaços de pastagem para os seus gados¹⁰. Sobrevida desse conflito são os

¹⁰ Cf. PIRES, António Augusto – *Memória Chorográfica: questões sobre a divisão e demarcação dos limites dos concelhos de Gouvêa e Manteigas, nos terrenos baldios de logradouro commum da Serra de Estrella*. Coimbra: Typographia Auxiliar d'Escriptorio, 1898. Cit. RIBEIRO, Orlando - *Contribuições para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*, p. 33.

testemunhos, contidos na Memórias Paroquiais, da dádiva, como tributo simbólico, pelos moradores de Manteigas, de 250 réis de feudo e um púcaro de água fresca da fonte de S. Pedro de Manteigas, na noite de S. João Baptista¹¹. Esse conflito revela, afinal, outra das características estruturantes desta economia agro-pastoril: a importância dos pastos de Verão nos terrenos mais elevados da serra.

Ainda hoje prevalecem outros testemunhos da importância, na vida das comunidades aldeãs serranas, de actividades desenvolvidas segundo esquemas comunitários, nomeadamente as lavouras, sementeiras, ceifas e malhas realizadas com a participação de toda a comunidade: homens, mulheres e crianças. O mesmo se diga da apanha da azeitona, produto igualmente dominante a essas altitudes, como uma vez mais se constata nas memórias paroquiais, surgindo o azeite como produto citado num número significativo de freguesias. Aqui, uma vez mais, há lugar para trabalho conjunto. Cabe aos homens varejar, no cimo de escadas, a azeitona, e às mulheres e crianças apanhar e ensacar. O mesmo se diga da apanha e pilação das castanhas, componente essencial de um regime alimentar que tem por base um cereal pobre e de fraco rendimento: o centeio. Trata-se de trabalhos duros, sazonais, que reúnem toda a população, constituindo espaços de sociabilidade e convivência, em que se arrimam rivalidades, motejos, se concertam namoros e se improvisam festejos, com cantos e danças, associados a uma refeição melhorada, no final do trabalho. A existência de eiras comuns, a par, por vezes, também de fornos comunitários, consubstancia outras tantas manifestações dessa vida gregária, fonte de solidariedades, mas também de pequenos conflitos.

É certo que a introdução do cultivo do milho, desde o século XVI, disseminado pela Serra da Estrela em altitudes inferiores aos 800 metros, e documentada, no concelho de Gouveia no decurso do século XVIII¹², introduz, gradualmente, algumas transformações nessas formas de organização social. A grande produtividade do cereal, a ausência de necessidade de pousios, a conseqüente diminuição da área cultivada, conduzem a uma tendencial disseminação dos casais, o parcelamento da terra, a decadência de formas gregárias de comunitarismo aldeão, favorecendo formas de organização do trabalho que têm como base a célula familiar¹³. Entendamos, porém, que no período de tempo em estudo o milho não é senão complementar ao

¹¹ Cf. depoimento do prior de S. Julião de Gouveia, publ. MOTA, Eduardo – *Corografia Setecentista ...*, p. 171-172.

¹² Cf. informações de párocos de numerosas freguesias do concelho de Gouveia nas *Memórias Paroquiais* de 1758.

¹³ Assim se compreende que hoje, de Seia a Gouveia e Celorico se alinhem aldeias e vilas populosas, aglomeradas, mas intercaladas com quintas ou casais avulsos, formas de dispersão de povoamento, típicas de terras baixas, mas que gradualmente tendem a ganhar as vertentes da serra. Cf. Ribeiro, Orlando – *Contribuições para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela...*, p. 26.

centeio e à castanha, em termos de exploração agrícola, pelo que estas alterações não seriam ainda sensíveis.

A exploração de alguns produtos agrícolas predominantes: centeio, castanha, milho e azeite, definem, não só as bases da alimentação do povo, mas também um calendário modelado pelos seus ciclos de crescimento, maturação e apanha. O S. Miguel é a data de referência de conclusão do ano agrícola, mas também, em algumas regiões, o tempo de preparação das sementeiras, que nas terras mais altas tendem a ocorrer ainda no final do Verão (Agosto-Setembro), com as primeiras chuvas, para que os grãos se desenvolvam antes dos grandes nevões. Em Junho, pelo Espírito Santo, começam a preparar-se as colheitas de cereal, que ocorrem em Julho e Agosto, a que se seguem as malhadas. O Outono vem mais sereno, com as lenhas para guardar, os últimos frutos para colher. Depois de Todos-os-Santos, já com tempo frio, ocorre a apanha da azeitona e posterior fabrico do azeite: moagem, espremedura e decantação. Antes dos rigores do Inverno assiste-se à apanha da castanha. A sua secagem, pilação e esquivagem sucedem-se, associadas ao fabrico dos caniços em que se hão-de secar, todas tarefas predominantemente masculinas.

Outra das actividades estruturantes da economia do concelho é a pastorícia. Importa, pois, que nos detenhamos, de seguida, sobre as suas implicações no quotidiano vivencial. A pastorícia não é, como é consabido, nestas comunidades serranas, um mero complemento da actividade agrícola: ela é, mais do que uma actividade económica, um modo de vida, em torno do qual se organiza e calendariza a comunidade. A transumância revela-se imprescindível nestes espaços, em que a dimensão dos rebanhos é incompatível com a estabulação; em que os lameiros não são dominantes, não propiciando espaços de pasto suficientes; em que os rigores do Inverno não permitem o pastoreio na própria serra; e em que, no Verão importa aproveitar as pastagens alpestres. Nestas condições, a movimentação dos rebanhos impõe-se e, em consequência, a dos pastores, esteios de confiança da comunidade, a quem os criadores entregam algumas centenas ou milhares de cabeças de gado, em particular ovino. Trata-se, uma vez mais, da manifestação de uma organização comunitária, em que alguns agentes se especializam, com base em relações de confiança, na função de encaminharem e pastorearem o gado, e disso fazem o seu modo de vida. Estes recebiam, não em dinheiro, mas em lã, leite e queijo, sendo ainda meeiros das crias entretanto nascidas, o que faz destes homens potenciais proprietários, ainda que de pequenos rebanhos.

Deparamo-nos, no concelho de Gouveia, com dois tipos de transumância: a que se orienta para a terra chã, no Inverno, e aquela que se dirige aos cumes da serra, no Verão. Este pastoreio integrava, no Verão, para além dos rebanhos das respectivas aldeias, também

aqueles, das terras baixas, que com os calores do Verão, não dispunham de pastos convenientes.

São conhecidos vários destinos para estes gados em pastos de Inverno, entre os quais se contam os campos do Mondego, no vale do mesmo rio, o vale do Douro, os Campos de Idanha e o Alentejo, sendo, no caso de Gouveia, prevaletentes, no período em estudo, os dois últimos¹⁴. Com destinos múltiplos, vastos rebanhos atravessavam assim, marcando a paisagem, a Guarda, Manteigas, Folgoso, Mós, Gouveia, Covilhã, por caminhos ou canadas por onde avançavam, e onde pousavam temporariamente, pagando “montados de extremo”. Vir da serra ao extremo é a expressão que define, em textos foralengos, a transumância, e se encontra presente no foral que D. Sancho I atribuiu a Gouveia, em 1186, assim se reconhecendo, de forma inequívoca, a existência do fenómeno da transumância neste concelho já no decurso do século XII.

Esta realidade, atestada pela memória dos homens, encontra-se também registada documentalmente, subscrevendo o pároco de Aldeias, em 1758, que anualmente as cerca de 10.000 cabeças de gado ovino da paróquia se deslocavam para os campos do Alentejo. Este tipo de migrações sazonais, a cargo de um maioral, vários pastores e ajudantes, com seus cães, introduz inevitáveis implicações nas vidas, quer destes pequenos grupos de homens, os pastores, quer das respectivas células familiares. Implicações que se prendem com as ausências masculinas prolongadas, capazes de transferir para os filhos mais velhos, ou para as próprias mulheres, o desempenho de papéis, sociais e económicos, que por norma são masculinos e reservados ao chefe de família. Para não falar daquelas relativas ao aumento de intervalos inter-génésicos e conseqüente diminuição do número de filhos por família, porventura insuficientes para alterar o perfil demográfico de toda uma comunidade, mas suficientes para marcarem múltiplas células familiares por várias gerações, se atendermos à natural propensão para a transmissão geracional da profissão.

Acrescem a estas implicações aquelas decorrentes do contacto com outros espaços e formas de organização comunitária, estabelecidos, quer no longo caminho a percorrer, quer nas longas estadias em pastos de Inverno fixos. Influências que poderão ser apuradas em termos de vestuário, de linguagem e de alimentação. O seu impacto na vida quotidiana não

¹⁴ Cf. TRINDADE, Maria José Lagos— *A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI e Problemas do pastoreio em Portugal nos séculos XV e XVI* in “Estudos de história medieval e outros”. Lisboa: Cooperativa Editora História e Crítica, 1981, p. 1-96 e 97-116. A autora afirma, de acordo com uma petição enviada a D. João III a propósito do tempo de ausência dos rebanhos, que os gados da Guarda, Linhares, Gouveia, Manteigas, Covilhã e Folgoso se dirigiam massivamente para o Alentejo. (Cf. *Problemas do pastoreio em Portugal*, p. 100).

poderá, porém, ser exagerado, nem a sua amplitude significativa, já que os itinerários tendem a ser rotineiros e ancestrais, diminuindo assim a projecção interna de influências externas.

Também os ciclos da vida pastoril definem o calendário vivencial das populações do concelho de Gouveia, associado, por norma, ao calendário religioso: por finais de Abril ou princípios de Maio sobem os rebanhos à serra; pelo Santiago (25 de Julho) aí vão também os seus proprietários a avaliar os rebanhos; pelo S. Bartolomeu (24 de Agosto) apartam-se os grandes rebanhos, descendo estes às respectivas localidades, onde ficam até à St^a Eufémia (3 de Setembro). Pelo S. Martinho, na época em estudo, ou desde o dia de todos os santos (1 de Novembro) em tempos mais recentes, separa-se o gado alavão (gado de leite), depois de apartadas as crias, do gado alfeito, preparando-se as migrações de invernada, em direcção aos pastos das terras baixas.

A organização destas migrações massivas, sazonais, implica uma rotina, anualmente repetida, que marca cada uma das etapas mencionadas, em particular aquela, decisiva, ocorrida pelo S. Martinho: os animais de cada proprietário eram reunidos em grupos de reses que tomavam, como em Castela, o nome de cabanas e marcados de forma visível. Nas suas deslocações, os rebanhos eram, em tempos medievais, acompanhados por um cavaleiro, cuja função seria a de proteger os rebanhos e os pastores, mas também a de evitar pendências, tão frequentes, ocorridas com proprietários de terras no longo percurso exigido pela transumância de Inverno. Também nesses tempos medievais a transumância foi responsável pela emergência de uma série de cargos afectos às rafalas (assembleias de criadores de gado)¹⁵. Cite-se, para além dos cavaleiros, os jurados e os alcaides da rafala, para além dos vozeiros dos concelhos e os montarazes, cuja função seria a de receberem os montados de extremo, facto demonstrativo do carácter determinante da pastorícia e da transumância, não só em termos económicos, mas também em termos de organização social e administrativa das regiões envolvidas por essa dinâmica.

No período em estudo, e desde o século XVI, maiorais e pastores são já, ao que tudo indica, os únicos responsáveis pela segurança de rebanhos e pessoas, para o que solicitam, e conseguem, do poder central, privilégios: de porte de armas, de passagem por canadas, de pasto em montados concelhios. Estes privilégios, conhecidos desde o reinado de D. João I, conhecem a sua maior extensão no reinado de Filipe II. Muito distantes e distintos dos privilégios concedidos em Castela à Mesta estes são, porém, os únicos que reflectem, a nível

¹⁵ Cf. TRINDADE, Maria José Lagos— *A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI*, p. 56-57 e AMARAL, Abílio Mendes do — *Os pastores da Serra da Estrela. Etnografia. Privilégios. Transumância. "Beira Alta"*. Vol. XXIX, fasc. 3, 1970, p. 355-399.

do poder central, um olhar dirigido para as populações serranas, procurando evitar espoliações a estes grupos migrantes, sem todavia colocarem decisivamente em causa os direitos e interesses de concelhos e dos proprietários agrícolas¹⁶.

Os produtos de exploração agrícola definem, como vimos, a base da alimentação das populações serranas: pão de centeio como predominante, trigo só para os doentes, a castanha e seus derivados, em particular o tão apreciado caldudo (castanhas secas cozidas com leite), as azeitonas, algumas leguminosas (o feijão é citado nas memórias setecentistas, mas apenas em Freixo, que não pertencia, então ao concelho de Gouveia), a par de alguma fruta, em particular maçã, propiciada por terrenos de altitude inferior a 800 metros, constituem a sua base alimentar. Esta alimentação-tipo poderia ser, localmente, complementada com os produtos da caça, a quem ela é permitida: de coelhos, lebres, perdizes; da pesca, junto a cursos fluviais (trutas, bogas, eirós e barbos) e, em particular, pelos recursos alimentares providenciados pelo gado miúdo, maioritariamente ovino, mas também caprino: queijo, leite, requeijão, coalhadas. Disso mesmo dá prova o farnel dos pastores, monotonamente repetido, que guardam nos seus alforges: pão negro de centeio, azeitonas, queijo, leite de cabra, um pedaço de carne ou de toucinho e, hoje, ainda que não ontem, as batatas, que simplesmente cozem. Quando se encontram em pastos alpestres descem às aldeias, periodicamente, para se reabastecerem; quando em ivernada, combinam com famílias locais com quem geram continuados laços de amizade, a cozedura do pão e a provisão de algum complemento alimentar.

Na verdade, o pastoreio de ovinos e de caprinos define as bases de toda uma economia. O gado providencia alimentação (leite, manteiga, queijo e carne, esta principalmente de caprinos), estrume com que se fertilizam as terras por onde passam ou onde pastoreiam, e matérias primas que se constituem como base do vestuário envergado e das indústrias dinamizadas, em particular, as de couros e têxtil e as de fabrico de queijo: cabreiro, ou, o mais apreciado, de ovelha.

Se hoje Gouveia é conhecida pelos seus queijos, apenas o pároco de Arcozelo cita o seu fabrico, no século XVIII, como actividade notória. A transumância, implicando a estada de imensos rebanhos, por longos períodos de tempo, fora do espaço do concelho, não impede o seu fabrico, já que se pode queijar apenas de Abril a Julho, pelo S. Pedro, período em que a proximidade dos rebanhos permitiria o encadeamento de operações necessárias: a ordenha, de manhã e à noite, das ovelhas, nos pastos, através da rede, armada em aprisco; o transporte para o local de fabrico, onde, se já não está morno, se amorna o leite e, depois de cuado, se lhe

¹⁶ Vd. *Privilégios, e liberdades concedidas aos pastores serranos da Serra da Estrella, que vão com seus gados fora de suas terras, e Alentejo, Campo de Ourique, Idanhas, e outras partes, confirmados pelos serenissimos Reys Dom João IV, Dom Pedro II, Dom Joam V e Dom Joseph I....* Lisboa, 1767.

junta o cardo e um pouco de sal pisado. Deitada a coalhada num acincho de madeira, o almece ou zambana (soro) é fervido e com ele se fabrica requeijão. Enformado e envolto em pano, é colocado de novo no acincho, para acabar de verter o soro. Desenformado o queijo, é passado por sal e posto a curar por 18 a 25 dias¹⁷. Com poucos recursos e utensílios, num espaço reduzido e com saber geracional se dá corpo a uma indústria essencial ao consumo doméstico e ao equilíbrio económico.

O número de cabeças de ovinos apontados pelas escassas fontes, orçado, para o espaço concelhio, em várias dezenas de milhar, torna-se sugestivo da abundância de uma outra matéria prima que se constituirá inevitavelmente como base de uma indústria-chave: a de lanifícios. O acesso generalizado a essa matéria prima condicionará o trabalho quotidiano e a sua organização, tanto em espaços rurais, como em espaços urbanos. Nos primeiros, assiste-se a uma organização da manufactura tendo como base um sistema doméstico, e em complementaridade com a agricultura; nos segundos, num sistema de corporações de artes e ofícios.

Prévia, no entanto, a todas as tarefas de transformação da matéria prima, há que mencionar a tosquia, realizada desde o final de Maio até ao S. João, altura do retorno das ovelhas dos pastos de Inverno, uma outra tarefa conjunta, que envolvia, ainda no século XX, para além dos pastores, toda uma série de oficiais mecânicos que, atraídos pela remuneração, se especializam nessa tarefa de desempenho sazonal. Desconhecemos se essa mobilidade ocorria também na Época Moderna, a que nos reportamos. A dimensão dos rebanhos a tosquiarem condicionaria o número de tosquiadores envolvidos, bem como alguma eventual especialização de tarefas: apernar, tosquiar e atar os velos poderiam ser tarefas desempenhadas por um só homem, ou distribuídas por três diversos. De novo, trabalho comum e rituais, misto de religião e superstição, se repetem: há que benzer-se antes do início do trabalho e proferir uma breve oração aquando de cada retorno, segundo indicam as lições da etnografia¹⁸.

Se a tosquia é tarefa masculina por excelência, as tarefas seguintes, de preparação, fiação e tecelagem da lã envolvem, na comunidade, homens e mulheres. São múltiplas as tarefas requeridas pela preparação da fibra, facto elucidativo quanto à dificuldade de processamento dos velos de ovelhas. Até o fio ficar pronto há uma sequência prolongada de tarefas que tem de ser cumprida. Ao nível das operações preliminares à fiação, a lã constitui o sector onde o seu número é maior, e em que é notória o predomínio de mão de obra masculina, associada a requisitos de força física, sobretudo nas acções de desembaraçar a lã. Lavar e,

¹⁷ RIBEIRO, Orlando – *Contribuições para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*, p. 61-62

¹⁸ DIAS, Jaime Lopes – *Etnografia da Beira. Lendas, tradições, crenças e superstições*. Vol. VIII, p. 170-181.

eventualmente, escolher a lã, fiar, tecer e espinçar são tarefas femininas, mas azeitar, escarduçar, cardar, apisoar, prensar, tosar e tingir são, por exigência, tarefas masculinas. Estas últimas correspondem, geralmente, a operações que tendem a ser especializadas, implicam o uso de instrumentos específicos, a presença, em muitos casos, de cursos de água, e a existência de oficinas próprias para essa laboração. Isso mesmo se atesta, uma vez mais, nas memórias paroquiais, através da menção, em Melo, S. Paio e S. Pedro de Gouveia, a pisões e tintes.

A amplitude e complexidade da indústria implica a organização dos respectivos artífices em corporações de artes e ofícios, e a sua representatividade, como tal, na dinâmica concelhia. Veja-se a existência, em Gouveia, de uma irmandade de cardadores, a de S. Mamede, bem como a explícita menção, no decurso da organização da procissão de Corpus Christi, em Gouveia, a cardadores, tosadores e tecelões, a quem são, enquanto grupo profissional, atribuídas incumbências específicas que manifestam, quer a sua importância na vida do concelho, quer a sua representatividade numérica. De resto, e como prova Eduardo Mota, para além de fabricantes (de panos, entenda-se), prevalecem, entre os mesteres dessa vila, os mesmos tosadores, cardadores e tecelões, a par de pisoeiros e fiandeiras¹⁹. A presença de comunidades judaicas não deverá, na verdade, ser estranha à vitalidade da indústria, estando plenamente comprovada a articulação dessas comunidades, em particular de tecelões, com a introdução de técnicas castelhanas e com a promoção da própria indústria.

Esta é, porém, uma região em que a lã exige menos operações especializadas, já que a sua transformação se destina ao fabrico de tecidos grosseiros, usados no vestuário das próprias populações serranas. Pelas características da lã churra, mais grosseira, produzida pela raça bordaleira, predominante no espaço em estudo, porque mais resistente às agruras do clima e do solo, não se identificam ofícios mais especializados, como os de escolhedor e abridor de lã, apartador ou estambrador²⁰. Como resultado desta produção, registam-se panos considerados grosseiros (burel, baeta, baetão, pardilho e saragoça) como predominantes.

Capuchas, capotes, saias, capas, mantas, cobertores, pelicas, sorrobecos são algumas das peças de uso quotidiano, em que o burel predomina. Para além destas, e como atesta o pároco de S. Pedro de Gouveia, em 1758, "... a maior parte dos seus moradores vivem

¹⁹ MOTA, Eduardo – *Administração municipal de Gouveia ...*, p. 15-20.

²⁰ A lã churra é, de facto predominante, a despeito de Gil Vicente afirmar, na *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela*, através da fala da Serra: : " E levarei lá comigo /minhas serranas trigueiras, /cada qual com seu amigo,/ e todalas ovelheiras/ que andam no meu pascigo./ E das vacas mais pintadas,/ e das ovelhas meirinhas,/ pêra dar apresentadas à Rainha das Rainhas,/ cume das bem assombradas". *Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente*. Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [s.d.] . Vol. II, p. 223.

da fabricarem pannos de çaragoça e sayais para a vestiaria de toda a Província Franciscana²¹. Roupa interior e mais fresca, de Verão, fabricada em linho, dependeria, em grande medida, da aquisição desses panos em feiras regionais, porventura trocado o pano de linho, de produção generalizada na Beira Baixa e na região de Montemuro, pelo de lã, de fabrico local, embora esteja atestado também o cultivo de linho em algumas das freguesias do concelho²². Tamancos de madeira, botas de couro, coletes e safões de pele de ovelha, em particular para uso dos pastores serranos, complementam um elenco de vestuário que, não sendo exaustivo, contempla o essencial de uso quotidiano. Sedas só para cavaleiros fidalgos e suas famílias; panos de lã fina, de ovelhas merinas, só para endinheirados; panos de algodão só muito mais tarde e por compra a comunidades externas.

Todas as tarefas enunciadas, ligadas à indústria têxtil, dominam o quotidiano laboral das populações serranas, seja para auto-consumo, seja para venda, a cargo do trapeiro, ou fabricante, que recolhe, ao domicílio, o produto do trabalho de numerosas células familiares. Ai se processa, em particular, depois de lavada, azeitada, escarduçada e cardada a lã, a sua fiação, urdidura e tecelagem. Se estas últimas tarefas exigem a posse de um tear manual, já a fiação é, por norma, desenvolvida em conjunto, em longos serões, por vezes nas lojas dos animais, para se poupar madeira para aquecimento, em que as mulheres fiam e os homens motejam, dormitam ou namoriscam as moças casadoiras. A fiação, generalizada no universo feminino, abrangendo camadas jovens e em idade pré-nupcial gera fenómenos colectivos criadores de espaços de convivência, em que as estratégias de namoro e o próprio erotismo se encontram presentes. Dai as múltiplas ordenações episcopais do século XVIII que proibem esses “fiadouros públicos que se fazem de noite assim nas ruas como nas casas, por serem ajuntamentos de homens e de mulheres”²³.

A fiação constitui-se, de facto, numa tarefa que estrutura, não apenas a economia familiar, mas o próprio quotidiano doméstico, marcando e criando espaços de convivência, ao mesmo tempo que permite o aproveitamento da capacidade produtiva das mulheres, desde a infância até à velhice. O mesmo se diga da tecelagem, em que as crianças ajudam a encanelar, ao mesmo tempo que vão aprendendo a urdir e a tecer. A complementaridade dessas tarefas em relação à economia agrícola, e a possibilidade de com ela se ocuparem os longos invernos serranos, ao mesmo tempo que se provê ao vestuário familiar, são factores de equilíbrio familiar e económico manifestos.

²¹ Memórias Paroquiais de 1758 publ. MOTA, Eduardo – *Corografia Setecentista...*, p. 190.

²² Cf. comunicação apresentadas a estas Jornadas por Margarida Sobral Neto.

²³ Pastoral do Bispo de Miranda, de 1755 in OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional portuguesa : o Linho*. Lisboa: INIC, 1978, p. 103.

Não será, de resto, extemporâneo, presumir que no concelho de Gouveia, bem como nos que lhe são vizinhos, se tivesse drenado, em maior quantidade e com melhor rentabilidade, essa produção doméstica para as Reais Fábricas de Lanifícios, em particular a da Covilhã, quando criadas, segundo uma estratégia estudada para essa e outras manufacturas régias no período pombalino. Desconhecem-se as implicações particulares, neste concelho, da implantação de um novo sistema de aprendizagem, em escolas de fiação, em que uma mestra, por vezes estrangeira, ministra formação simultânea a numerosas aprendizas que assim assimilam esse ofício, de forma mais especializada, fora do espaço familiar, com as decorrentes consequências em termos da promoção do trabalho feminino e da passagem de um sistema de fabrico doméstico para um outro, manufactureiro. Tal realidade encontra-se atestada, quer para o vasto espaço da província alentejana, quer para a mais directa área de influência da fábrica da Covilhã²⁴.

Alimentação, vestuário e trabalho são, assim, aspectos da vida quotidiana profundamente condicionadas pelos recursos naturais e pelos contextos geográficos. O mesmo se poderá dizer da habitação. Os levantamentos etnográficos passíveis de consulta reportam-se, de forma particular, à Beira Baixa, pelo que não queremos extrapolar características. Não será, porém, extemporâneo apontar o predomínio de habitações graníticas, pedra dominante neste espaço, obscuras, com reduzidas frestas ou janelas, para protecção das intempéries do Inverno e do calor estival, o chão de laje ou terra batida, de reduzidas dimensões e escassas divisões, com loja e andar, parcamente mobilados, com camas rústicas e baús de uso polivalente, em que a cozinha é espaço central. Esta não deveria diferir em muito daquela que Aquilino Ribeiro descreve em 1943: escura, fumarenta, a chaminé dispensável, o fumo imprescindível para a secagem das castanhas; a lareira de uma pedra só, o caniço com as castanhas a secar; a pilheira, mesa onde tudo se amontoa: tamancos, os púcaros e panelas, testos, tenaz, pá, martelo, a podoa; o pucareiro; a cantareira; a loiça e apetrechos de cozinha: cântaros, púcaros, cantarinha, pratos e malgas, a travessa; o tanheiro, que contém o sal e o unto; os rústicos bancos e o tampo de madeira alçada que se transforma em mesa. O lume como força animada que aquece, cozinha, seca a castanha...²⁵ Na habitação, o tear, a dobadoira, a caneleira, a urdideira, para além da roca e do fuso são apetrechos imprescindíveis, que deverão pontuar em quase todas as moradas...

Não se identifica, pelo contrário, em Gouveia, pelas características do solo (ausência de terrenos argilosos), uma outra indústria fundamental em termos de apetrechos

²⁴ Vd., sobre esta matéria, *Dicionário da História do Trabalho e das Ocupações. Vol. I: A indústria têxtil*, coord. Nuno Luís Madureira (No prelo)

²⁵ RIBEIRO, Aquilino – *Notas etnográficas*. “Beira Alta”. Vol. II, fasc. 3, 1943, p. 194-195.

quotidianos: a olaria. Esses artefactos poderiam, no entanto, ser comprados nas feiras sazonais. Louça preta de Molelos, barros de Vale de Ladrões, de S. Martinho de Mouros, de Idanha-a-Nova aí se encontrariam, trazidos por almocreves que articulavam produtos de aldeias tão afastadas entre si, se não pela distância física, pelo menos pela dificuldade de circulação... Esta questão remete-nos para duas outras, essenciais: as das vias de acesso às diversas localidades do concelho de Gouveia, e a dos espaços centrípetos de articulação de diferentes comunidades vilãs e aldeãs: feiras, mercados e romarias.

Sobre a primeira matéria não nos pronunciaremos em pormenor, por manifesta falta de informação²⁶. Destaque-se a estrada real da Beira, central no período em estudo, que atravessava ou permitia o acesso directo a Nabais, S. Paio, Gouveia, Moimenta da Serra. Outros caminhos, que não reais, eram traçados por necessidades económicas e de transumância, sendo, ao que parece, de frequência escassa e difícil, se nos ativermos à descrição que é feita em 1789 pelos oficiais do concelho de Gouveia, reportando-se ao trajecto que o povo da vila tinha que percorrer entre Gouveia e Abrunhosa (Azurara da Serra) para assistir às comemorações em honra de N^a Sr^a das Neves. Apenas três léguas de percurso são consideradas motivo de caminhada por uma noite, sendo o caminho penoso, susceptível de acidentes e de assaltos.

Em paralelo, é preciso considerar que a proximidade/afastamento em relação à sede do concelho é motivo de capacidade diferencial de comunicação com o exterior: Nabais, S. Paio, Nespereira, Vinhó, Moimenta e Aldeias encontravam-se a menos de uma légua de Gouveia, ao passo que Nabainhos, Arcozelo, Rio Torto, Mangualde e parte de Vila Cortês se encontravam sensivelmente mais afastados. De resto, são manifestas as dificuldades dos homens do período em estudo na percepção das distâncias e na concepção de espaço, facto notório nos depoimentos setecentistas dos próprios párocos das freguesias do concelho, por pressuposto membros destacados, do posto de vista da formação pessoal, de cada comunidade. Erros manifestos na avaliação de distâncias em relação a Lisboa e Coimbra, sedes do reino e do bispado, percepção distorcida do curso do Mondego e da dimensão/ configuração da Serra da Estrela, são reveladores de uma nítida incapacidade de se posicionarem em relação a espaços que extrapolassem o concelho e, em alguns casos, a própria paróquia²⁷. Esse facto, que decorre do isolamento, seria, em caso das aldeias serranas, porventura motivador de estratégias matrimoniais endogâmicas, como de resto evidencia, a séculos de distância, Aquilino Ribeiro: “

²⁶ Vd. VAZ, João Luís da Inês - *Breves Notas para o estudo da viação antiga das Beiras*, Coimbra, 1976; FIGUEIREDO, Moreira de - *Subsídio para o estudo da viação romana das Beiras*. “Beira Alta”. Vol. XI, fasc. IV, 1952, p. 299-330; GIRÃO, Amorim - *Viação romana e antiga da Beira Alta*. “I Congresso Regional das Beiras”. Viseu, 1921.

²⁷ Esta mesma leitura foi já apresentada por MOTA, Eduardo - *Corografia Setecentista...*, p. 56-57.

*Ainda hoje nas aldeias beiroas o Manel que é de fora e empalma a moçoila não desperta menos furor e hostilidade que o lobo que assaltou o redil e abarbatou a ovelha*²⁸.

A falta de atractividade, sinónimo de isolamento, desta região manifesta-se, ainda, na sua marginalidade em relação a itinerários de viajantes estrangeiros e nacionais nos séculos em estudo. É certo que Manuel Severim de Faria teria passado, em 1609, por estas paragens, e que Fr. António das Chagas, em 1678, visitou também Nabainhos, Gouveia, Linhares, Melo, Vinhó²⁹. Todavia, dos numerosos viajantes que fornecem descrições do reino de Portugal nos séculos XVII e XVIII são poucos os que percorrem estes espaços serranos e, quando o fazem, apenas assinalam remarcado interesse naturalista pela Serra da Estrela. Assim ocorre, por exemplo, com o duque de Chatelêt³⁰, e com Link, em finais do século XVIII³¹. O primeiro resume as suas observações às características do solo, aos excelentes cursos de água e pastos no cimo da serra. O segundo passa, nas suas várias deslocações à Serra, por Ceia, Manteigas, Sabugueiro, Covilhã, Fundão, Viseu, Guarda, Castelo Branco, mas não por Gouveia. Não deixa, porém, de assinalar a pastorícia em regime transumante, o predomínio do centeio, milho, castanheiros e da vinha, a par da presença da indústria de lanifícios e do fabrico de queijos. Algumas referências ao *habitat*, alimentação e coragem das gentes beirãs completam um quadro vivo, mas de percepção excepcional por estrangeiros itinerantes nos reinos de Portugal.

Se a atenção de viajantes ilustres não parece ter-se centrado neste espaço, que outras vias teria ele de se projectar para o exterior e de receber, desse exterior alargado, reflexos de outras realidades? Não esqueçamos, em primeiro lugar, que algumas grandes casas aristocráticas foram titulares de senhorios de alguns destes espaços: os Silvas, os Pimenteis, os Melos, os Sampaio, os Gouveias, os Albergarias ... O próprio João de Teive foi senhor de Vinhó, aí tendo residido, ainda que por curto período de tempo³². Para além disso, outros nomes da história local desempenharam destacados cargos ultramarinos: João de Sousa serviu em Mazagão e foi capitão de Damão, para onde seguiu em 1546; Francisco de Sousa foi capitão de Diu; Cristóvão de Sousa Coutinho Teive desempenhou igual cargo em Malaca; Simão Cardoso pontuou nos mares do Brasil³³. De volta às Beiras, depois de estantes na capital ou no Ultramar, introduziriam notas diferentes (produtos, tecidos, alimentos, escravos) dissonantes e estranhos a

²⁸ Vd. RIBEIRO, Aquilino – *Prefácio a FIGUEIREDO, Moreira de – Subsídio para o estudo da viação romana das Beiras*. “Beira Alta”. Vol. XI, fasc. IV, 1952, p. 302.

²⁹ Cf. AMARAL, Abílio Mendes – *Vinhó. Aldeia do sopé norte da Serra da Estrela na história do país e do mundo*. “Beira Alta”. Vol. XLIV, fasc. 3, 1985, p. 366-367.

³⁰ CHATELÊT, duc du – *Voyage en Portugal*. 2 vols. Paris: F. Buisson, 1798.

³¹ LINK, Heindrich-Friedrich – *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799. Suivi d'un essai sur le commerce du Portugal*. 3 vols. Paris: Levraut, Schoell et Compagnie Libraires, 1803-1805.

³² Cf. AMARAL, Abílio Mendes – *op. cit.*, p. 370.

³³ Isto para citar apenas alguns nomes do século XVI que a monografia de Vinhó, da autoria de Abílio Mendes do Amaral dá a conhecer. Cf. Idem – *Ibidem*.

um universo que, tendencialmente fechado, não pode ter sido imune a essa projecção do reino e de suas gentes para espaços exóticos ultramarinos³⁴.

Importa, de resto, não esquecer, que a maior parte dos contingentes militares que alimentavam e defendiam praças portuguesas em África e no Oriente, bem como muitos daqueles que as capitaneavam, são naturais das Beiras e do Alentejo, como comprovam os róis de pagamento de soldo às respectivas guarnições militares³⁵. Quando voltavam, os que voltavam, abriam, pelos seus relatos, novos horizontes, porventura fantasiosos, a essas comunidades a que o isolamento impunha um forte estigma. Anote-se, de resto, a amplitude de implicações mais concretas no quotidiano, como ocorre com a introdução da cultura do milho, planta transformadora de subsistências, formas de povoamento e modos de organização de comunidades agrícolas, como já anotámos.

Essas influências seriam, porém, no tempo em estudo, ainda incapazes de alterar de forma estrutural modos de vida, cuja monotonia e rotina só seriam quebradas por dois tipos de eventos, criadores de espaços de sociabilidade: as feiras, de natureza económica, e as romarias, de natureza religiosa. Os trajectos e espaços centrípetos que para o período de tempo em análise é possível identificar decorrem da leitura das memórias paroquiais, pelo que nos limitaremos a fazer um elenco, não exaustivo, desses eventos, coligindo informações relativas a espaços do concelho ou limitrofes, capazes de sobre ele exercerem forte atracção. Citemos o mercado semanal e a feira anual, pelo Espírito Santo, em Gouveia; a feira mensal de Melo, a de S. Bartolomeu, em Vila Cortês, a de S. Marcos, em Arcozelo, a que acontecia em Nabainhos, pela N^a Sr^a do Couto, como as mais susceptíveis de fazer convergir as populações do concelho.

Quanto às romarias religiosas, para além daquelas marcadas pelas procissões, reais e locais, de que falaremos, os seus fluxos são condicionados pelas homenagens aos santos patronos de cada uma das freguesias do concelho, ou por aquelas coincidentes com os principais marcos do calendário agrícola ou pastoril. A dimensão da romaria que ocorre pela St^a Eufémia, ainda hoje notável pela quantidade de gente que faz afluir ao concelho de Gouveia será, por certo, resultado da sua associação a um dos marcos essenciais do calendário transumante: tratava-se, como vimos, do tempo em que os gados desciam dos pastos alpestres aos povoados, sendo o dia de St^a Eufémia também o da cobrança dos gados de fora. O Verão, de Junho a Setembro/Outubro, domina esse calendário e permite a confluência e o convívio de

³⁴ A atracção exercida por esses espaços ultramarinos, a mais longo prazo, acaba por se revelar no facto de o Brasil vir a constituir, na época contemporânea, um dos pólos de emigração mais marcantes na vida destas comunidades.

³⁵ Vd. IAN/TT – Núcleo Antigo, Lv. 596, 598-604, 606-613, 617-628. O elenco não é exaustivo, sendo o Lv. 628 o mais significativo em termos de identificação da proveniência geográficas das gentes de guerra.

vastas massas humanas fechadas em núcleos restritos, durante meses, pelos longos invernos serranos.

De Verão ou de Inverno, a religião marca o quotidiano vivencial. É de todos conhecida a pressão por ela exercida sobre a vida das comunidades humanas em sociedades de Antigo Regime. Ela delimita o espaço, com a sua divisão entre sagrado e profano, e marca o tempo: a comunidade rege-se pelo toque dos sinos, que assinala, não só o ritmo dos dias, mas também os momentos festivos (nascimentos e casamentos), como os momentos de pesar (mortes, incêndios ou perigos de invasão). O próprio calendário agrícola encontra-se ligado ao calendário religioso, como já vimos, sendo as múltiplas paragens do trabalho determinadas pela proliferação de festividades religiosas. Mesmo os actos da vida privada são ainda por ele condicionados. Lembremos que os casamentos são desaconselhados na Quaresma, período que igualmente pressupõe, ainda que não cumpra, por norma, uma total abstinência sexual. Mas não só o “tempo vivencial” é marcado pela componente religiosa. A própria noção de tempo, com a sua divisão entre imanência e transcendência, e a afirmação da ideia de eternidade, condiciona comportamentos sociais e atitudes perante o sagrado. Veja-se, a título de exemplo, a instituição de capelas, ou os legados de alma.

De igual modo, no que se refere ao espaço, a igreja e o seu adro continuam a ser o centro da vila ou da aldeia, catalizando todas as grandes manifestações colectivas: missas, festas, procissões, mas também arraiais, mascaradas e outras manifestações profanas, sendo local de reuniões, de eleições e de ensino: catequético e de primeiras letras. Daí partiam, ainda, as informações mais importantes para a comunidade: as que se reportavam a ela própria, ou as relativas ao concelho, bispado, ou ao reino. Novas como os casamentos régios, as mortes e sucessões, a declaração de início ou fim de guerra, os arrolamentos militares ou as notificações de cobranças de impostos têm a igreja como epicentro de divulgação ou de realização.

Todavia, neste como noutros domínios, a época moderna, desde a segunda metade do século XVI, surge como um tempo de charneira. Se a igreja continua a dispor de um estatuto de centro religioso, social e político, ela sacraliza-se cada vez mais, segundo orientações do Concílio de Trento, e dela tendem a excluir-se manifestações de natureza profana que aí ancestralmente se realizavam. Os esforços para orientar as manifestações religiosas no sentido de uma maior seriedade, coartando a ancestral associação entre cultura religiosa e manifestações profanas: danças, lutas paródicas, mascaradas e corridas de toiros, dominante não só no espaço metropolitano português, como no europeu, é bem visível também no concelho de Gouveia no decurso do século XVIII. Disso nos dão prova as celebrações das procissões do Corpo de Deus e do Espírito Santo.

Gaitas e tambores, pelas, danças várias (de saloios, de mouros e marinheiros), correspondentes à inversão dos perfis dominantes na região (mouros vs. cristãos; saloios e marinheiros vs. serranos), cantares, em castelhano, largadas de toiros, caracterizam ambas as procissões, como atestam os livros de acórdãos e posturas concelhias e as memórias do Mosteiro do Espírito Santo de Gouveia, de confissão franciscana, peça fundamental na organização da procissão com a mesma invocação. Esta, de realização próxima da do Corpo de Deus, motivaria festejos que eram, conforme testemunhos coevos, "...muito mais rijos e concorridos..." do que os do Corpus Christi, até pela sua associação à realização de uma grande feira anual.³⁶

Neste como noutros concelhos estão documentadas tentativas de sacralização destes eventos religiosos, tendentes a dotá-los de maior seriedade e veneração. Constituições diocesanas e provisões régias, as primeiras já quinhentistas, as segundas conhecidas desde o século XVI a século XVIII, em particular do reinado de D. Maria, procuram excluir "...danças (...) ou outras quaesquer cousas de profanidades, alheyas do espirito da religião"³⁷. Ao que parece, porém, sem sucesso, como uma vez mais atestam registos do concelho de Gouveia. Se nos acórdãos de 1663 se atribui aos vários ofícios mecânicos a realização de eventos ancestrais, muitos dos quais de teor nitidamente profano: as pelas, as danças e os touros, já em 1744 se delibera que "...huns e outros sejam obrigados em lugar das danças menos decentes com que concorrião a parecer com andores e guiões [...] acompanhados com suas vestias de Irmandades e Confrarias"³⁸. Estas posturas são recorrentes, já que serão de novo identificadas em 1788, conforme informa Eduardo Mota³⁹, mas não parecem prescrever prática, já que em 1771 se registam, de novo, as danças e as mascaradas.

Em nada, neste domínio, o concelho de Gouveia se diferencia dos restantes do reino. Também nele se documenta a luta, de longa duração, entre persistências de uma cultura popular, muitas vezes anímica, supersticiosa, que utiliza o riso como forma de catarse, e a seriedade pós-tridentina. Testemunho dessas persistências é ainda a prática de se fazer entrar na capela de S. Marcos, em Arcozelo, em dia da festa do santo, um touro, que, ao que parece docilmente aí se mantinha no decurso das celebrações litúrgicas⁴⁰: sagrado e profano; imanente

³⁶ MOTA, Eduardo - *Administração municipal de Gouveia ...*, p. 96.

³⁷ Provisão de D. Maria, de 1777, enviada ao concelho de Gouveia cit. Idem – ibidem, p. 95.

³⁸ FERREIRA, Tavares - *Antologia Conventual*. "Beira Alta". Vol. XI, fasc. 1-2, 1952, p. 59-61.

³⁹ Com efeito, uma deliberação camarária de 1788 prescreve: "...daqui em diante, todos os annos" os mesteres ficassem somente "com a obrigaçam de cada juiz fazer apontar dois officiais dos mais asseados, para acompanharem a dita pursiçam, levando cada hum dos officiais a sua toxa" e "as juizas dos officios também cada huma aprontaria coatro homeins assiadados". Cf. MOTA, Eduardo - *Administração municipal de Gouveia ...*, p. 95-96.

⁴⁰ Cf. CARDOSO, Luís – *Diccionario Geográfico*. Lisboa: Na Officina Sylviana, 1747. t. I, p. 534-535. Publ. MOTA, Eduardo – *Corografia Setecentista...*, p. 83.

e transcendente; imaterial e forças anímicas assim se conjugam em práticas religiosas que só aos letrados e teólogos do catolicismo reformado incomodam, a ponto de visarem a sua total separação, no sentido de uma desejada ortodoxia.

Essas tentativas correspondem, em simultâneo, à promoção de práticas em espírito, mais interiores e pessoalizadas, que diminuem, por inevitável, as reuniões festivas, as relações comunitárias, o envolvimento do colectivo, enquanto tal, nas celebrações religiosas. Esta mesma tendência é aferida em dois tipos de romarias em que participavam, em conjunto, rebanhos espirituais do concelho de Gouveia (da vila ou de todas as povoações do concelho): a de N^a Sr^a do Couto, em Nabainhos e a de N^a Sr^a dos Verdes, no limite de Azurara da Serra. A esta já nos referimos, sendo nítida a tentativa do concelho, de resto conseguida, para evitar essas deslocações colectivas, de noite, ou, no dizer dos documentos “... *as saídas receozas da noute, que fazião mulheres e homens promiscuamente para chegarem de manha a tempo da função...*”⁴¹, tentando-se assim pôr cobro a todo um conjunto de práticas de sociabilidade: motejos, rixas, namoros que a caminhada noturna encobria ... Permaneciam as romarias locais, menos concorridas, como acentuam os párocos da maioria das freguesias do concelho nas memórias setecentistas.

Em termos de quotidiano, não poderemos apurar com precisão o grau de enquadramento e controlo doutrinal exercido por cada pároco em sua paróquia. Necessário seria abordar, com maior precisão, práticas concretas dos sacerdotes em exercício. Maioritariamente apresentados e confirmados por entidades eclesiásticas, alguns deles pelo padroado real ou mesmo pela Casa de Melo; alguns indigitados pelos titulares da paróquia e benefício, não residentes, pagos por parte da côngrua e pelo pé de altar: todos parecem ter exercido de acordo com o formalmente estabelecido no período pós-tridentino. Apesar do isolamento, parece ter sido garantida, no século XVIII, uma cobertura religiosa permanente, com excepção de Cativeiros, freguesia não pertencente ao então concelho de Gouveia, em que o pároco aí se deslocava apenas dois domingos no mês.

A julgar pelos dados fornecidos sobre as datas de início do registo paroquial, esse dever, que corresponde também a uma eficaz forma de enquadramento da vida dos crentes, parece ter sido cumprido, se não desde a segunda metade do século XVI, sendo raros os registos desse período, pelo menos desde meados da centúria seguinte. O mesmo se diga dos róis de confessados. A divisão, frequente, entre fregueses maiores e menores, discriminando-se por vezes os maiores de confissão e de comunhão, revela a sua existência, e o consequente

⁴¹ Alegações dos oficiais do concelho, em 1789. Cit. MOTA, Eduardo – *Administração municipal de Gouveia...*, p. 98.

controlo, exercido sobre a frequência dos sacramentos, a que, em tempos de rigor religioso, nenhum membro da comunidade poderia escapar.

Em espaços fortemente marcados pela presença de minorias religiosas, como as de judeus e, posteriormente, de cristãos novos, também o grau de vigilância e de suspeição deveria marcar um quotidiano em que as rivalidades, religiosas, mas também económicas, seriam um traço notório⁴². Alexandre Herculano descreve um episódio, carismático, ocorrido na época de quinhentos, que revela um, por certo entre muitos, conflitos violentos declarados entre cristãos novos e velhos de Gouveia, de que resultaram fogueiras e confiscação de bens⁴³. Pedro Paiva⁴⁴ e Elvira Mea⁴⁵ fornecem, sobre esta matéria, perspectivas mais consistentes e científicas. Sobre ela não nos debruçaremos, pois.

Matéria em avaliação num estudo desta natureza deveriam ser ainda formas de marginalidade e de exclusão social: níveis de conflitualidade, criminalidade, taxas de ilegitimidade, abandono e exposição de menores. Também estes deveriam ser diversos em espaços urbanos e rurais. Por falta de dados, por um lado, e porque matéria desta ordem integra preocupações, quer da história demográfica, quer da história social, sobre eles não nos deteremos.

O quadro traçado terá conseguido, quando muito, apontar pinceladas, mais do que panoramas de conjunto. Reconstituir, à distância de séculos, vida quotidiana e cultura material de comunidades serranas exigiria anos de investigação, conhecimento de campo e especialização em estudos locais. De nenhum destes méritos dispusemos ao traçar esta já longa, ainda que excessivamente breve, reflexão...

⁴² A forte presença de comunidades judaicas no espaço concelhio decorre, antes de mais, da sua posição fronteiriça, que o constitui em terreno de implantação privilegiada de núcleos familiares judeus em fuga após a sua expulsão de Castela. A diferença do cômputo demográfico referente a Gouveia entre os censos das Beiras de 1496 e de 1527/32 (549/ 845 fogos), incluindo-se neste já os cristãos novos, ausentes do primeiro, exprime, com clareza, essa forte presença (Cf. DIAS, João José Alves – *A População* in “Nova História de Portugal”, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. V. *Do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 14.

⁴³ Referimo-nos ao episódio descrito por HERCULANO, Alexandre – *Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. 13ª edição. Lisboa: Bertrand, 1975. Vol. I, p. 198-206, igualmente relatado pelo pároco de S. Pedro de Gouveia na Memória Paroquial de 1721.

⁴⁴ Remetemos para o trabalho apresentado pelo autor às presentes jornadas sobre *A acção da Inquisição no concelho de Gouveia: as entradas em Melo no século XVII*.

⁴⁵ A autora identifica, para Gouveia, sede de concelho, entre 1567 e 1605 apenas 8 processos inquisitoriais, mas 39, no mesmo período de tempo, para Melo. (Cf. MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997, p. 599-648). No pressuposto de que Melo não constituísse um pólo de excepção do ponto de vista da composição sócio-religiosa da sua comunidade humana, mas antes se tivesse revelado por um mais apurado processo de denúncias e cruzamentos processuais, poder-se-à ter uma ideia aproximada do peso efectivo da comunidade de cristãos novos no concelho ao longo da época moderna, ainda que se deva presumir a sua particular concentração em espaços mais urbanizados (Gouveia, Linhares, Melo), até pela particular articulação dessas comunidades com a manufactura de lanifícios.

FONTES IMPRESSAS

CHATELÉT, duc du – *Voyage en Portugal*. 2 vols. Paris: F. Buisson, 1798

LINK, Heindrich-Friedrich – *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799. Suivi d'un essai sur le commerce du Portugal*. 3 vols. Paris: Levrault, Schoeli et Compagnie Libraires, 1803-1805

Respostas aos Inquéritos Paroquiais de 1721 (AUC. *Informações Paroquiais de 1721*), 1732 (CARDOSO, Luís – *Diccionario Geográfico*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, 1747, *passim*), 1758 (ANTT- *Memórias Paroquiais*, Vol. 4, 8, 10, 15, 17, 20, 23, 25, 27, 40, 41, 42), 1763 (AUC- *Informações Paroquiais de 1763*. III/D, 1,4,3,75). Publ. MOTA, Eduardo – *Corografia setecentista do concelho de Gouveia*. Gouveia: 1992, p. 75-213

PIRES, António Augusto – *Memória Chorografica: questões sobre a divisão e demarcação dos limites dos concelhos de Gouvêa e Manteigas, nos terrenos baldios de logradouro commum da Serra de Estrella*. Coimbra: Typographia Auxiliar d'Escriptorio, 1898

Privilégios, e liberdades concedidas aos pastores serranos da Serra da Estrella, que vão com seus gados fora de suas terras, e Alentejo, Campo de Ourique, Idanhas, e outras partes, confirmados pelos serenissimos Reys Dom João IV, Dom Pedro II, Dom Joam V e Dom Joseph I.... Lisboa, 1767

VICENTE, Gil - *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela* in "Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente". Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [s.d.] . Vol. II, p. 222-245

BIBLIOGRAFIA

Altitude. Boletim Mensal da Federação dos Municípios da Beira-Serra. Guarda, Vol.I (1941) – Vol.V (1945)

AMARAL, Abílio Mendes – Vinhó. Aldeia do sopé norte da Serra da Estrela na história do país e do mundo. "Beira Alta". Viseu. Vol. XLIV, fasc. 3, 1985, p. 366-367

AMARAL, Abílio Mendes do – *Os pastores da Serra da Estrela. Etnografia. Privilégios. Transumância*. "Beira Alta". Viseu. Vol. XXIX, fasc. 3 1970, p. 355-399

Beira Alta. Arquivo Provincial. Viseu, Vol.1 - fasc. 1, 1942 – Vol. LVIII - fasc. 3/4, 1999

CRESPO, José – *Romarias típicas e etnográficas da Beira* . *A Senhora do Coito*. "Beira Alta". Viseu. Vol. XLV, fasc. 3-4, 1986, p. 397-401

- CRESPO, José – *Romarias típicas e etnográficas da Beira . A Senhora dos Verdes*. “Beira Alta”. Viseu. Vol. XLIII, fasc. 1-2, 1984, p. 597-600
- DAVEAU, Suzanne – *Structure et relief de la Serra da Estrela*. “Finisterra”. Vol. IV, nº 8, 1969, p. 159-197
- DIAS, Jaime Lopes – *Etnografia da Beira. Lendas, tradições, crenças e superstições*. 10 vol. Lisboa: Livraria Moraes, 1926-1971
- DIAS, Jorge – *Aspectos da vida pastoril em Portugal*. “Revista de Etnografia”. Porto. Vol. IV. tomo I, Janeiro 1965, p. 333-387
- FERREIRA, Manuel Tavares – *Da vila de Gouveia e o seu termo. O voto de N^a Sr^a dos Verdes no passado e no presente*. Gouveia, 1949
- FIGUEIREDO, Moreira de – *Subsídio para o estudo da viação romana das Beiras*. “Beira Alta”. Viseu. Vol. XI, fasc. IV, 1952, p. 299-330
- FIGUEIREDO, Parente de – *Gouveia no tempo e na história. Apontamento*. Lisboa, 1971
- GIRÃO, Amorim - *Viação romana e antiga da Beira Alta*. “I Congresso Regional das Beiras”. Viseu, 1921
- HERCULANO, Alexandre – *Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. 13^a edição. Vol. I. Lisboa: Bertrand, 1975
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo – *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997
- MOTA, Eduardo – *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*. Gouveia: 1990
- MOTA, Eduardo – *Corografia setecentista do concelho de Gouveia*. Gouveia: 1992
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional portuguesa : o Linho*. Lisboa: INIC, 1978
- OLIVEIRA, João Nunes de – *A “Beira Alta” de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*. 2 vols. Coimbra, 1997 [Dissertação de doutoramento policopiada]
- PAIVA, José Pedro – *Práticas e crenças mágicas. O medo e a necessiddae dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740)*. Coimbra: Minerva História, 1992
- PAIVA, José Pedro – *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”. Portugal. 1600-1774*. Coimbra, 1996 [Dissertação de doutoramento policopiada]

RIBEIRO, Aquilino – *Beira Alta . Notas etnográficas*. “Beira Alta” . Viseu. Vol. II, fasc. 3, 1943, p. 181-202

RIBEIRO, Orlando - *Le Portugal Central (Livre-Guide de l'excursion C)*. Lisbonne, 1982

RIBEIRO, Orlando - *Significado geográfico do pastoreio na Serra da Estrela*. “Altitude”, Guarda, I, 10/12, 1941, p. 40-41

RIBEIRO, Orlando - *Contribuições para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1942 [Separata da “Revista da Faculdade de Letras de Lisboa”, Tomo VII]

TRINDADE, Maria José Lagos – *A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI* in “Estudos de história medieval e outros”. Lisboa: Cooperativa Editora História e Crítica, 1981, p. 1-96

TRINDADE, Maria José Lagos – *Problemas do pastoreio em Portugal nos séculos XV e XVI* in “Estudos de história medieval e outros”. Lisboa: Cooperativa Editora História e Crítica, 1981, p. 97-116

VASCONCELOS, José Leite de - *De terra em terra. Excursões arqueológico-etnográficas através de Portugal (Norte, Centro e Sul)*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1927

VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*. Reimpressão fac-similada da edição de 1980. Vol. I-VIII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [1994 - ----]

VAZ, João Luís da Inês - *Breves notas para o estudo da viação antiga das Beiras*. Coimbra, 1976



Instituto de História e Teoria das Ideias
Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra



Câmara Municipal de Gouveia
Serviços Culturais
www.cm-gouveia.pt